

ATA DA 6ª REUNIAO ORDINÁRIA DO COMITE DE Bacia HIDROGRAFICA DO RIO SAPUCAI

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e nove, iniciou-se às treze horas e trinta minutos, a reunião ordinária do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Sapucaí, convocada em 09/11/09, realizada na Fundação Roge, em Delfim Moreira. A Sra. Valdete de Souza Oliveira Mattos, funcionária do IGAM adentrou ao salão da Fundação Roge assumindo intempestivamente a reunião e comunicando aos membros ali presente que a DN 30 CERH/09 que estabelece diretrizes para funcionamento do comitê foi enviada com uma recomendação que se prioriza a atualização do Regimento Interno principalmente nos comitês que estivessem em processo de eleição e onde houvesse consenso em uma única chapa, poderia fazer a eleição da diretoria e posteriormente fazer a adequação do regimento. Uma vez que essa DN CERH 30/30 estabelece normas para eleição da diretoria, então onde não houvesse consenso não poderia haver a eleição. Ela informou que até o dia da eleição o IGAM tinham conhecimento que havia uma chapa única, portanto estaria de acordo com a recomendação da procuradoria jurídica. No momento da eleição havia duas chapas e a responsável pela condução do processo eleitoral, Srta. Marilene Ramos consultou por telefone a Sra. Valdete que informou da recomendação da procuradoria jurídica, mas não se opôs, a Sra. Marilene informou ainda a Sra. Valdete que plenária aprovou a existência das duas chapas. Entretanto, a Sra. Valdete ressalta que é muito importante que quem está começando agora um comitê e ainda não participa, não passou por todo um processo de leitura e de experiência nesses comitês saiba que, os comitês existem e são considerados um parlamento das águas na sua área de atuação, e que não nasceram porque é bonitinho existir um comitê, e todos os órgãos e instituições que participam não o fazem por ser bonitinho, pois tudo é amparado por uma questão legal e que esta legalidade deve ser respeitada, as aprovações e as deliberações da plenária devem respeitar, antes de tudo, a questão legal. Como a plenária votou a favor da eleição ela estaria desrespeitando a legislação. A Sra. Valdete comentou que conversou, em data anterior, com a Prof. Marcia Viana e ela questionou se a recomendação da procuradoria era uma norma ou uma lei. A Sra. Valdete disse que a informou que é uma recomendação baseada na legislação e para que a legislação seja cumprida deve-se cumprir a recomendação para que não se caia na ilegalidade. Pensa-se que como não é uma lei, não há problema, mas há. Então ela informou que hoje, precisamente hoje, o parecer jurídico da Procuradoria Jurídica do IGAM que solicitava a anulação da eleição foi transformado em ATO DE ANULAÇÃO do Processo eleitoral pela diretora geral do IGAM, CLEIDE IZABEL PEDROSA DE MELO. Ela informou que o único modo para se recorrer, agora, da decisão do ATO DE ANULAÇÃO é através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que tem uma reunião agendada para 9 de dezembro com este comitê, porém a

Pauta já está fechada. A Sra. Valdete informou que a DN30/09 estabelece o prazo de 120 dias desde sua publicação para adequação do Regimento Interno e que este prazo se encerra em 26 de dezembro, e, portanto deve ser dada prioridade. Entretanto o IGAM está com a agenda comprometida até o dia 11/12 quando o ano financeiro se encerra. Então a Sra. Valdete propõe que a votação do Regimento seja realizada no próximo ano mesmo descumprindo a legislação. A Sra. Valdete ainda informa que há outra recomendação do jurídico que para otimizar o processo de discussão do Regimento Interno, cujo modelo foi encaminhado a todos e pode ser discutido e adaptado de acordo com as necessidades, sugeriu à Prof. Márcia que esta discussão fosse realizada de forma virtual, o que muitos comitês já estão fazendo. Disse que depois de encaminhado por e-mail o modelo do regimento aos conselheiros, os mesmos apresentam sua contribuição, a secretaria do comitê consolida todas as contribuições e encaminha para o jurídico, antes da aprovação pela plenária, pois segundo a legislação, para aprovação em plenária, tanto a Lei 13.199 e quanto o Decreto 41.178 estabelecem que qualquer aprovação ou alteração no regimento interno devem passar uma análise jurídica do IGAM, que tem a função de dar apoio técnico e jurídico aos comitês, a fim de evitar que se aprove um regimento com algum problema legal. A Sra. Valdete ressaltou que somente no dia anterior ficou sabendo que a minuta do regimento interno chegara ao IGAM, não havendo tempo hábil para análise do documento e aprovação na presente reunião e conseqüentemente isso ficaria para o ano seguinte. Agora em função do Ato de Anulação a Sra. Valdete propõe que seja eleita uma comissão de transição, preferencialmente, composta por um membro de cada seguimento para que, juntamente com o IGAM, discuta-se a data da reunião para aprovação do regimento interno, onde estão contidas as normas para a eleição da diretoria, esta pode ocorrer na mesma ocasião se depois da aprovação, desde que se estabeleça uma data prévia para apresentação de chapas. A Sra. Valdete questiona se existem dúvidas. O Sr. Tales, representante da COPASA, comenta que os membros do comitê não concordam com as ações do IGAM, mas que da forma como foram impostas eles não vão questionar. O Sr. Anibal perguntou se os membros da diretoria que foi destituída poderiam fazer parte da comissão, a Sra. Valdete informa que não haveria nenhum impedimento desde que não vá concorrer a cargo. A Prof. Marcia Viana pede a palavra e lembra a Sra. Valdete que para se cumprir a legislação, então primeiramente deve ser realizada a verificação de Quorum. A Sra. Valdete informa que não teve a preocupação de verificar o Quorum, pois é preciso de qualquer forma, investidos pelo regimento anterior ou pelo atual, eleger uma comissão. A Prof. Marcia Viana começou a questionar tal decisão quando foi interrompida pela Sra. Valdete pedindo a Sra. Cristina, funcionária do IGAM, para proceder a verificação de quorum. A Sra. Valdete acrescentou também, uma informação que, segundo ela, se todos leram e atentaram para o modelo novo de

regimento interno, umas das coisas que muda radicalmente é a questão do quorum, já que antes era exigido 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus membros o que é inviável, pois quase nunca tinha quorum, já com o novo regimento, é necessário cinquenta por cento mais um. Neste momento foi verificado que não havia quorum suficiente, pois somente 16 membros estavam presentes e pelo o regimento atual são necessário 17. Então a Sra. Valdete informou que acabou de consultar a procuradoria do IGAM por telefone e esta informou que deveriam esquecer a eleição da comissão, pois a comissão de transição não esta prevista no regimento atual (DN 02 do CBH SAPUCAI) que segue a DN 04 do CERH e somente está prevista na DN 30 CERH que deverá ser seguida após aprovação do novo regimento interno. Então quem assume o comitê é o IGAM. Portanto a Sra. Valdete propôs *ad referendum*¹ de uma plenária sem o quorum que seja estabelecida uma data da reunião para aprovação do novo regimento interno e discussão da eleição da diretoria. A Sra. Valdete aproveita para comentar que não existe de forma alguma a intenção, por parte do IGAM, de impor qualquer norma, qualquer regra ou qualquer outra condição, mas a intenção é viabilizar o comitê, informou que é importante dizer que em comitês de Bacias hidrográficas as pessoas praticamente foram puxadas a laço para participar em função da falta de regulamentação e visto que a maioria das pessoas não tem noção do que é um comitê. A Sra. Valdete ainda enfatiza dizendo que as pessoas pensam “o que é um comitê, este *bicho morde?*”. Ela reforça que o IGAM ainda não conseguiu passar para os membros que já passaram por este comitê e para os membros que ainda vão passar, a verdadeira importância dos comitês de Bacia. A Sra. Valdete acrescenta, que somente se 3 ou 4 comitês se destacaram e conseguiram se fazer ver por toda sociedade da Bacia, com uma atuação verdadeira, é o máximo que já conseguido pelo IGAM diante de obstáculos que muitas vezes são pequenos mas que impediram alcançar os objetivos e que o CBH Sapucaí deveria aproveitar esta oportunidade, pois agora o órgão gestor e todo SISEMA está empenhado em fazer que as coisas aconteçam da melhor forma possível e dentro de uma discussão bem participativa e democrática. A atitude do IGAM na presente reunião é para facilitar, para viabilizar. Ela informou que o CBH Sapucaí já recebeu vários móveis, equipamentos e etc. Ela informou que recentemente o IGAM repassou mais móveis e equipamentos, mas que o CBH Sapucaí não recebeu e também não recebeu a verba de R\$ 18.000 reais para pagar as despesas internet, aluguel, luz e até despesas de deslocamento dos membros da sociedade civil. Ela informou que o Secretário de Estado de

1

Ato administrativo "ad referendum" é aquele realizado por uma autoridade e que está sujeito a confirmação, ratificação de outra autoridade ou órgão colegiado. A decisão do colegiado pode não aceitar a decisão daquele que realizou inicialmente o ato.

Meio Ambiente anunciou a publicação do decreto que repassará para os comitês a verba de 7,5% do FHIDRO para estruturação dos comitês. Então a Sra. Valdete diz que não se pode perder todas as condições estruturais que estão sendo dadas e nem o interesse dos membros em participar do comitê, uma vez que se iniciou algo, deve-se fazer o melhor possível e para isso é necessário fazer o que a legislação determina. Ressalta que é a primeira vez que ocorre isto no IGAM, do órgão permitir ao comitê que proponha uma data, logo pede a colaboração de todos para definir-se a data da próxima reunião, que seja favorável, viável e do consenso de todos. O Sr. Luiz Paulo informou a todos que a Srta. Vivian representante do IMA ligou informando que estava chegando. Como ninguém se manifestou para propor uma data para a próxima reunião a Sra. Valdete pediu a Prof. Marcia Viana que ela desse uma sugestão e esta informou que calendário proposto para as reuniões de 2010 que havia sido encaminhado para os membros votarem nesta reunião estava proposta a data da primeira reunião para o dia 23 de fevereiro. A Sra. Valdete perguntou se todos concordam com a data e ressaltou que o IGAM no mês janeiro fica aguardando a aprovação do orçamento pela assembléia, portanto não teria disponibilidade para participar neste período. O Sr. Giancarlo pediu a palavra e primeiramente pediu desculpas por chegar atrasado e depois colocou o que achava à Sra. Valdete que então solicitou a secretaria Cristina que verificasse novamente o quorum. O Sr. Tales, representante da COPASA, informou que com a chegada de novos representantes agora havia 20 membros e portanto havia quorum para as votações. A Sra. Valdete propõe a votação da data de 23 de fevereiro e o Sr. Giancarlo, representante da PM de Santa Rita, argumenta que estava muito longe e que havia assuntos importantes a serem resolvidos. A Sra. Valdete novamente informou que o orçamento do IGAM é aprovado no mês de janeiro e que as viagens são liberadas apenas a partir de fevereiro. O Sr. Tales questionou se não havia as datas que deveriam ser cumpridas conforme estabelecido na DN 30 CERH/09. A Sra. Valdete colocou em votação a data do dia 23 e a plenária aprovou. A Sra. Valdete perguntou sobre o local da reunião e foi sugerida Itajubá, mas o Sr. Renato sugeriu que seja em Pouso Alegre e como ali se encontrava o diretor de meio ambiente do município citado, Sr. Maurício, este fez o convite e a plenária aceitou. Então a Sra. Valdete propôs que fizesse a eleição da comissão de transição que irá assumir o comitê até a eleição da nova diretoria. O Sr. Renato, representante da PM de Cambuí, pediu a palavra e pediu que não ficassem desanimados diante dos acontecimentos e que fosse votada uma comissão de consenso. Assim foi eleito para a comissão de transição o Sr. Anibal, representante da COPASA, para presidente; Srta. Renata, representante da ABES, para vice-presidente; a Sra. Andriani, representante da PM de Itajubá, para secretaria-executiva e a Srta. Vivian representante do IMA para segunda-secretaria. Em seguida a Sra. Valdete informa que a Sra. Cristina, auxiliar administrativa, funcionária do IGAM, dará suporte necessário à comissão interina e dá

instruções para serem seguidas, estabelecendo que, a comissão deve dar continuidade ao restante da reunião de acordo com a pauta, após a reunião, não há necessidade de encontros, pois o contato pode ser virtual, a Ata deverá ser redigida e enviada para todos os membros. A reunião do dia 23 deverá ser avisada com antecedência de 15 dias, o regimento interno deve ser discutido virtualmente e encaminhado a todos já com parecer jurídico, as regras do processo eleitoral devem ser discutidas virtualmente pela comissão que devesse elaborar a pauta da próxima reunião e marcar a data para realização da eleição da diretoria. Para finalizar ela comenta que a reunião aconteceu como ela gosta que aconteça, descentralizada e participativa! A Sra. Valdete agradeceu aos presentes, desculpa-se caso tenha desagradado, ressaltando que o objetivo era que tudo acontecesse da melhor forma possível, pediu que todos realizassem a leitura do Regimento Interno com atenção para a próxima reunião e retirou-se em seguida. É dado um intervalo para o café enquanto a diretoria destituída organiza junto com a comissão de transição a pauta da reunião a ser realizada, visto que há assuntos importantes a serem apresentados. Foi decidido que conforme determina o regimento interno o primeiro item a ser realizado é a leitura da ATA, assim esta foi solicitada a secretária Cristina que informou que a Sra. Valdete havia levado a ATA embora. A Prof. Márcia Viana verificou que em seus documentos tinha uma cópia para proceder-se a leitura. O Sr. Aníbal convida a todos para retornarem para a reunião, que continuou então, com a leitura da Ata, pela secretaria Andriani. O Sr. Celem questionou se constava o número de membros que votaram, sendo esclarecido pelo Sr. Aníbal. O Prof. Alexandre da UNIFEI, que já foi membro do CBH Sapucaí, pediu a palavra e disse que não entendeu a explanação da Sra. Valdete desde o início e que não havia coerência entre o que estava escrito na ATA e o que foi dito por ela. Ele disse estar perplexo que tal situação estivesse acontecendo num comitê que foi fundado há tanto tempo e que a ATA nem deveria ser aprovada, pois contradiz o que a Sra. Valdete relatou. O Sr. Aníbal tomou a palavra e disse que já havia externado a Prof. Marcia que ele não concordava com a atitude do IGAM, porque o comitê é soberano na Bacia ainda mais que na reunião anterior havia quorum e consenso nas decisões e, portanto a atitude do IGAM deve ser acatada no momento, mas posteriormente questionada na justiça! A Prof. Marcia Viana pediu a palavra e esclareceu que todos os procedimentos da última reunião correram de acordo com o regimento anterior, que continua válido, visto que o novo regimento ainda não foi votado, e também, com suporte técnico da representante do IGAM, Sra. Marilene, que estava presente para conduzir o processo. Continuou dizendo que muitos membros perguntaram por que a eleição foi anulada, pois não haviam entendido o que a Sra. Valdete expôs, já que tudo que ocorreu na 5ª reunião foi realizado na presença da representante do IGAM e votado em plenária. Acrescentou que a Sra. Valdete explicou as decisões do IGAM, mas não o que aconteceu de fato, que a anulação da eleição

foi decorrente do recurso impetrado pela chapa não eleita, e diante disto, o parecer do IGAM foi que houvesse a anulação. Comentou que participou, na semana anterior, do XI Forum Nacional de Comitês, em Uberlândia, e as palavras proferidas pelo secretário Estadual de Meio Ambiente, Sr. José Carlos Carvalho, foram que **“o comitê é soberano em sua Bacia de atuação”**. Concluiu dizendo que a ATA somente relata os fatos ocorridos na última reunião, não havendo problemas em aprová-la e que ações do IGAM deveriam ser pensadas e questionadas. O Sr. Aníbal toma a palavra e comenta que não sabia que a outra chapa havia recorrido e como membro antigo deste comitê ele estava surpreso ainda mais que a chapa que perdeu a eleição havia concordado com tudo que havia sido realizado e dispensou maiores comentários. **O Sr. Aníbal acrescentou que a Ata deve ser votada pois ela relata o que aconteceu na reunião em Cambuí, então a ATA tem que existir independente se o processo eleitoral foi anulado ou não.** O Sr. Renato observou que o que foi anulada foi a eleição da direção, não a reunião. Posta em votação, a ata foi aprovada. Prosseguindo com a pauta, a Srta. Betania, engenheira da COPASA e responsável pelo acompanhamento do Plano Diretor, fez uma breve explanação sobre o plano e sobre a importância da participação de todos e passou a palavra para o Sr. Leandro, engenheiro da empresa Vida e Meio Ambiente, responsável pela elaboração do plano, que informou os locais e os horários da realização das audiências públicas e solicitou a presença de todos. Ele enfatizou que os maiores interessados no plano são as pessoas que fazem parte da Bacia e que usufruem dos recursos hídricos e estas podem opinar nas ações que serão propostas no plano e que serão gerenciadas pelo comitê. A Srta. Betania acrescenta que é muito importante que o plano apresente os problemas existentes na Bacia e proponha soluções para ele, assim ele torna um instrumento para que possa conseguir recurso junto aos órgãos estaduais, federais, organizações internacionais etc. O Sr. Robson técnico do IGAM responsável pelo acompanhamento do plano informou que foi formado um grupo técnico composto por três membros do comitê, representantes da COPASA, representantes da empresa Vida e Meio Ambiente e por ele e que para acompanhamento da elaboração do Plano Diretor, os membros do comitê devem cobrar deste grupo as informações sobre plano, pois é comitê que irá aprovar o plano. O Sr. Aníbal informa que o comitê irá cobrar sim as informações, pois o plano é uma ferramenta muito importante para o comitê e para toda a sociedade da Bacia hidrográfica do rio Sapucaí. Ele questiona se o plano apresenta dados obtidos em campo. A Eng. Betânia informa que audiência é justamente para verificar a expectativa de todos e para informar o andamento do plano, o plano não é propor para fazer análise de água. O Sr. Aníbal interrompe dizendo que ela não entendeu seus questionamentos. A Eng. Betania explica que o plano é para verificar quais instrumentos de gestão existem na Bacia e quais devem ser implementados. A palavra é dada a Prof. Marcia que informa que convidou os membros do grupo

técnico porque ela considera importantíssima a elaboração do plano diretor pois é nele que vão estar identificadas as ações que devem ser realizadas na Bacia do Rio Sapucaí. Ela comentou que fez questão da presença deles pois sabe como é difícil para cada membro deixar seu trabalho, se deslocar até o local das reuniões e depois participar no dia seguinte da audiência pública é ainda mais complicada, mas ela considera ser fundamental. Ela acrescenta que os interessados em conhecer os documentos relativos ao plano diretor e só solicitar, pois o comitê só tem a ganhar com mais interessados em contribuir para o plano e que no mesmo deve contar o levantamento das condições da Bacia e a partir das mesmas, propor as ações de melhoria. Informa que os senhores Arthur e Renato, juntamente com ela, fazem parte do acompanhamento do grupo técnico e solicita, as pessoas que tiverem dúvidas ou quiserem ter acesso aos documentos, que mandem e-mails para que sejam respondidos, pois é de grande interesse que o maior número possível de pessoas fique a par dos acontecimentos e das informações, assim, todos terão a ganhar. O Sr. Anibal ressalta que esta é uma oportunidade única e que é importante a presença de todos na Audiência Pública, para se discutir coisas que precisam melhorar dentro de nossa Bacia Hidrográfica, não só em relação à análise das águas, mas a tudo o que puder ser aprimorado e que servirá para melhorar a qualidade da água que chega até à população. A palavra é transferida ao Prof. Alexandre, da UNIFEI, para explicar sobre o desenvolvimento do projeto em Pouso Alegre. Ele começa dizendo que sabe que a ata é só para relatar uma reunião, porém não ficou bem para o comitê. Em relação ao trabalho em Pouso Alegre, diz que a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre pediu para que o projeto fosse explanado no CBHS, então, apresentou sua equipe de trabalho, Prof. Adriano, Prof. Ana Moni, Prof. Rogério Meloni. Continuou falando que, no município de Pouso Alegre, está sendo desenvolvido um projeto que busca solucionar problemas causados por enchentes, já este é um dos principais problemas da Bacia do Sapucaí e com uma grande periodicidade, sendo o motivo do início dos trabalhos nesta área, já que antes, os dados em relação a isto, eram escassos. Comentou que muitos devem ter ouvido falar sobre o sistema de monitoramento de enchentes *on-line* que transmite dados a cada cinco minutos, desenvolvido pela equipe apresentada, e ouvido também, sobre o projeto de barramentos propostos pela COPASA, e tem havido muitas discussões sobre os assuntos, mas com as experiências adquiridas, viu-se que é necessário misturar-se as soluções que possam minimizar o problema, assim, nos últimos dezoito meses, surgiu a possibilidade de obter-se financiamentos diversos para isto, por parte dos governos Federal, Estadual e Municipal, e que recursos sejam investidos maciçamente no setor. Prosseguiu dizendo que Pouso Alegre antecipou-se para obter estes recursos e procurou a UNIFEI, para que ele sua equipe, desenvolvessem o sistema de contenção e monitoramento do município. Informou que está sendo feito o EIA/RIMA para verificar-se os impactos ambientais.

Esclareceu que Pouso Alegre contratou tanto a UNIFEI quanto a FAPEPE para desenvolver este projeto. A maior parte dos levantamentos já foram feitos, inclusive em relação a topografia, apresentado em mapa. Comentou que tiveram em Belo Horizonte e conversaram com o governador, que barramentos são necessários em muitas situações, mas no caso de Pouso Alegre a solução mais adequada é a construção de cinco diques para, em primeiro, controlar as enchentes na região; em segundo, vetorizar o crescimento da cidade, já que muitas vezes construções são realizadas em áreas sujeitas a alagamentos; em terceiro, alertar os bairros propícios à inundação através de um sistema de controle. Informou que o projeto envolve obras, mas espera-se escolher as mais adequadas, para que sejam em menor quantidade possível e que o sistema de monitoramento já encontra-se em vigor na cidade. Continuou dizendo que em Delfim Moreira existe uma torre com um sensor que mede o nível do rio e a precipitação a cada dez minutos, que é necessário a todo sistema. A palavra foi transferida à Prof. Ana Moni, que demonstrou em um mapa, onde e como serão implantados os diques e os métodos que serão utilizados, disse também que estão sendo feitas análises do solo e os levantamentos necessários. O Prof. Alexandre acrescentou informações sobre a área de drenagem e a necessidade de uma lagoa de retenção com comportas que suporte em torno de 10 a 15 m³ para suportar a demanda de água que será drenada por bombas e direcionada às mesmas. O prof. lembrou também que uma boa manutenção é necessária à eficiência do sistema a longo prazo. A prof. Márcia questionou se haverá alguma área de preservação entre os diques. O prof. Alexandre demonstra que a área não poderá ser ocupada pois na simulação será inundada. A Prof. Márcia demonstra a preocupação com as objeções comerciais que poderão ocorrer devido a área não poder ser habitada, e sugeriu que na área, seja implantada uma unidade de conservação para amenizar isto. O prof. Alexandre informa que existe um projeto que envolve a recuperação da área citada, que tem inúmeros problemas sociais, mas que o plano diretor diz que a mesma não pode ser ocupada, embora sofra-se muita pressão para o contrário. Um dos presentes comenta que realmente investir em planos diretores para organizar e adequar o crescimento de comunidades rurais e urbanas de forma correta são essenciais para sanar os problemas e melhorar o nível de vida da comunidade. O Sr. Aníbal pediu para que a equipe continuasse e que no final os questionamentos fossem feitos. Todos concordaram, então, a prof. Ana volta a explicar e comentou que a rede de captação da COPASA deve ser transferida para outro local e comentou que as Forças Armadas não permitiram que o levantamento topográfico fosse realizado em território militar. Resumiu dizendo que são cinco os diques, que as estações já estão montadas, existem dois pontos de monitoramento e o projeto abrangerá toda a cidade. O Sr. Celem perguntou como será operado o sistema, sendo esclarecido pelo Prof. Alexandre que todo ele será automatizado, havendo necessidade de manutenção. A prof. Ana

simulou diante de todos, no computador, o que ocorreria com grande precipitação com e sem a colocação dos diques. O prof. Alexandre citou algumas dimensões de obras que estão já sendo realizadas e outras que serão. A palavra foi passada à prof. Márcia, que informou que recebeu um ofício referente ao Projeto apresentado, no qual a Caixa Econômica Federal pede ao CBHS um documento dizendo se as obras estão de acordo com suas diretrizes e ressaltou que acha muito importante e positivo para o comitê. Continuou dizendo que de acordo com as diretrizes do Comitê, as obras devem focar, além da construção dos diques, do sistema de alerta e mapas de zoneamento, a revitalização da Bacia. Acrescentou que deve atuar não só na consequência, mas também na causa, ou seja, tratar a ocupação desordenada, recuperar a mata ciliar, fazer planos de gerenciamento, em seguida dá a opinião pessoal, que é de extrema importância que essas ações também se concretizem. Comentou, que durante o Encontro Nacional de Comitês, já citado, que visitou os barramentos do município de Itajaí e que a Bacia da região possui um plano para o problema de enchentes onde a questão de gerenciamento de cheias tem respaldo na legislação, isso é importante para corrigir os problemas com recursos, e com a parceria de um órgão que dê apoio com respaldo da lei, é possível aumentar a cobrança de melhorias. Disse ainda, que estas são apenas algumas idéias e que existem outras e acha importante dizer isso ao comitê e a Pouso Alegre, que é essencial fazer algo também, para a Bacia. O representante de Pouso Alegre concorda com a Prof. Marcia. O Sr. Aníbal esclarece dúvidas dos presentes, quanto aos interessados em candidatar-se à nova diretoria, e em relação à eleição da mesma, que ocorrerá na próxima reunião, no dia 23 de fevereiro de 2010, onde primeiramente será votado o regimento interno embora exista um decreto dizendo que o mesmo pode ser aprovado até 27 de dezembro do presente ano. O Sr. Aníbal pede que conste em ata que enviará ao IGAM um ofício com Repúdio à conduta da Sra. Valdete, representante do órgão, que entrou repentinamente no recinto, fazendo, o que fez e deixando a reunião em seguida. Ele desabafa ainda, que constantemente questiona o IGAM sobre a falta de apoio que o CBHS sofre por parte do órgão, nem ao menos contando com a presença de sua representante até o fim da reunião. O Sr. Jean Carlos questiona sobre três PCH'S, se devem ter o parecer do CBHS quanto ao projeto para funcionarem. O Sr. Aníbal responde que não, mas que deveriam passar, já que o CBHS é responsável pela gestão da Bacia. Comenta que o projeto da Barra passou pelo CODEMA. O Sr. Renato diz que na época, ele estudava com um representante do **Comitê** no COPAM, que solicitou que um dos projetos citados, fosse levado ao Comitê, mas não foi aprovado, então o representante da **UNIFEI** no COPAM abriu contrato técnico do projeto, sendo licenciada junto ao COPAM. O Sr. Aníbal diz que esta é uma interferência muito grande nos mananciais. O Sr. Celem acrescenta que existem muitas outras PCH'S que deveriam passar pelo Comitê, também no Rio Lourenço Velho. O Sr. Aníbal diz que orientou-

os a passar o projeto no comitê, mas que nada fizeram e o CBHS deve intervir. O Sr. Aníbal agradece a Fundação Roge em nome dos membros pelo apoio na realização da reunião. A prof. Marcia distribuiu um material do CBH - Rio Grande, que é o comitê integrador de todas as bacias do Rio Grande e foi solicitado a todas as entidades o termo de adesão, lembra que a data presente é o prazo final para o preenchimento deste, e pede que todos o façam com urgência, por ser uma ação muito importante. Assim, o Sr. Aníbal agradece a todos a confiança, e passa a palavra ao Sr. Roberto que deixou a Fundação Roge a disposição de todos e diz que a mesma completa dez anos e diz que a reunião faz parte da programação agradecendo a presença de todos. Nada tendo a tratar, O Presidente Aníbal Figueiredo Filho, deu por encerrada a reunião.